

# O muro da reforma impopular

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília

O governo vai ter de correr contra o tempo no primeiro semestre deste ano. Se não aprovar logo as reformas da Previdência e da Administração Federal no Congresso, dificilmente conseguirá fazê-lo no segundo semestre. Motivado: com as eleições para as prefeituras municipais, em outubro, os deputados e senadores não só deverão estar boa parte do tempo ausentes de Brasília, como também terão ainda menos interesse em aprovar corte de privilégios de funcionários públicos, ou de direitos dos futuros aposentados. No Rio de Janeiro e no Nordeste, especialmente, esses são redutos poderosíssimos de votos.

"Contra o Rio e contra os meus eleitores, eu não voto", repetiu inúmeras vezes, ao longo de 1995, o deputado Francisco Dornelles (-PPB-RJ). De tão aliado ao governo, ele é o principal cotado para ocupar uma vaga que, mais cedo ou mais tarde, o governo federal acabará dando para o seu partido. Mas nem por isso se mostrou entusiasmado com as reformas da Previdência e da Administração, muito menos apoiou a idéia de uma reforma tributária ampla. Trata-se, portan-

to, de um bom exemplo do que ocorre no Congresso: entre o governo e os seus eleitores, os parlamentares ficam com seus eleitores. Mesmo que não sejam candidatos neste ano.

Em 1995, o PFL foi praticamente unânime na aprovação das reformas da ordem econômica, para a quebra dos monopólios. Mas o segundo semestre mostrou que essa posição era ideológica, não um apoio incondicional ao governo. O divisor de águas foi justamente a essência das matérias: para a abertura econômica, tudo; para as medidas de equilíbrio das contas públicas, nem tanto.

É por isso que o ano de 1996 abre com perspectivas de mudanças, mesmo que sutis, na base de sustentação política do governo. Não se deve apostar na transferência do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, para o Palácio do Planalto, nem na candidatura do ministro do Planejamento, José Serra, à Prefeitura de São Paulo. Mas a ida de um representante do PPB para a Esplanada dos Ministérios é tida como praticamente certa. Afinal, o partido é resultado da fusão do PP com o PPR e tem uma bancada nada desprezível: noventa deputados e cinco senadores.

A convocação extraordinária do Congresso só começa, formalmente, na próxima segunda-feira, dia 8. Mas a partir de hoje o presidente da República já deverá começar a ouvir seus líderes na Câmara e no Senado para delinear o quadro político e as possibilidades de acomodar no governo o elenco de partidos que o apoiam. Dificilmente o governo vai contentar-se em ficar nas mãos do PFL nos momentos cruciais.

## Eleição municipal deve dificultar apoio do Congresso

A estratégia do governo é comandada pelo próprio Fernando Henrique, mas com participação ativa de Sérgio Motta, José Serra, os governadores tucanos e o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, do PMDB. A nenhum deles agrada o excesso de poder e a enorme capacidade de articulação dos pefelistas. Tanto que 1995 foi encerrado justamente com um almoço em que esses governadores se comprometeram a dar condições a Fernando

Henrique de neutralizar a força do PFL na coligação que está no poder. De "stand-by", para reforçar essa estratégia, está o PTB do sempre leal ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira.

Com a sanção das novas regras para o Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, o grande debate da convocação extraordinária, a partir do dia 8, será o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), idealizado como substituto do Fundo Social de Emergência (FSE) e com uma missão bem clara: possibilitar o remanejamento de recursos suficiente para cobrir o déficit de R\$ 3,9 bilhões no Orçamento Geral da União para 1996.

A emenda constitucional da FEF, que prevê a mudança do nome e a prorrogação do fundo por um ano e seis meses, já foi aprovada na Câmara e depende agora do voto do Senado. A expectativa do governo é que seja aprovada. Caso contrário, o ministro Serra advertiu que será feita uma reprogramação de despesas, na execução do Orçamento, de forma a garantir o cumprimento da meta prioritária de seu ministério: o equilíbrio fiscal.

Há também na pauta do Con-

gresso projetos de lei de vital importância para esse objetivo. Um deles é o da Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), que se propõe a injetar R\$ 6 bilhões na Saúde. Eis os valores previstos pelos outros dois: R\$ 1,7 bilhão da contribuição dos inativos e pensionistas para a seguridade dos servidores e R\$ 1,2 bilhão da Contribuição Previdenciária sobre Pró-Labore.

Além dessas questões mais emergenciais, o governo Fernando Henrique também está preocupado em conferir mais rapidez no processo de regulamentação da quebra dos monopólios. Já foram anunciadas suas propostas ao Congresso para a Petrobrás e para as telecomunicações nos seus novos formatos constitucionais.

Não há, entretanto, projetos para os demais setores, como navegação de cabotagem, e ainda falta muito chão para que todas elas sejam discutidas, votadas e transformadas em realidade. E essas regulamentações são fundamentais para o grande projeto do Brasil nesta década: o mergulho na globalização da economia e a equivalente entrada de vitais capitais externos. ■